

OS CAMINHOS DO TURISMO COMUNITÁRIO: afirmação territorial na Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati – CE

THE PATHS OF COMMUNITY TOURISM: territorial affirmation in the Quilombola do Cumbe Community, Aracati – CE

Lara Maia dos Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará
Membra do Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território (LECANTE)
Integrante do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA)
Fortaleza, CE, Brasil
lara.santos@aluno.uece.br

Camila Dutra dos Santos

Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará
Coordenadora do Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território (LECANTE)
Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA)
Fortaleza, CE, Brasil
camila.dutra@uece.br

Resumo

A presença da carcinicultura e da empresa eólica na comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe (Aracati, Ceará, Brasil), cria e intensifica o racismo ambiental, configurando diversos conflitos socioambientais neste território tradicional. Em meio a isto, a comunidade busca proteger a identidade, história e o modo de vida de seu povo quilombola. Uma dessas resistências é o turismo comunitário, que colabora na visibilidade e defesa territorial. Este artigo analisa como a prática do turismo comunitário se configura como afirmação e valorização do território quilombola-pesqueiro do Cumbe. A metodologia baseou-se em levantamento bibliográfico-documental e pesquisa de campo, com a vivência das pesquisadoras em práticas coletivas organizadas dentro do território, lançando mão de processos participativos e da cartografia social. A partir do turismo comunitário, o Cumbe evidencia resistências territoriais, em meio ao avanço de empreendimentos dominantes que ameaçam o modo de vida, a história e a natureza deste território quilombola-pesqueiro.

Palavras-chave: Turismo comunitário. Conflitos socioambientais. Resistências. Território quilombola-pesqueiro. Cumbe.

Abstract

The presence of shrimp farming and the wind farm in the quilombola-fishing community of Cumbe (Aracati, Ceará, Brazil), creates and intensifies environmental racism, configuring several socio-environmental conflicts in this traditional territory. In the midst of this, the community seeks to protect the identity, history and way of life of

its quilombola people. One of these resistances is community tourism, which contributes to visibility and territorial defense. This article analyzes how the practice of community tourism is configured as an affirmation and appreciation of the quilombola-fishing territory of Cumbe. The methodology was based on bibliographic-documentary survey and field research, with the researchers' experience in collective practices organized within the territory, using participatory processes and social cartography. Based on community tourism, Cumbe shows territorial resistance, amid the advance of dominant enterprises that threaten the way of life, history and nature of this quilombola-fishing territory.

Keywords: Community tourism. Socio-environmental conflicts. Resistances. Quilombola-fishing territory. Cumbe.

Introdução

Nas últimas décadas o turismo experimentou uma grande expansão global, ampliando o setor de serviços, com o aumento de restaurantes, hotéis, resorts, passeios, entre outros, que geram um processo de descaracterização das paisagens e dos povos tradicionais locais. Segundo Coriolano (2008, p.7) “o ponto crucial resultante do avanço do turismo no litoral foi a decadência e o desaparecimento de muitas atividades econômicas tradicionais como a pesca, a renda, o labirinto, que deram lugar às atividades ligadas a hotéis, pousadas, restaurantes e bares”.

No Nordeste brasileiro a chegada de tais práticas de turismo foi muito expressiva, principalmente no estado do Ceará, onde vários territórios como Canoa Quebrada e Jericoacoara receberam empreendimentos apoiados pelos governos locais, com o discurso político desenvolvimentista. Para Coriolano (2008), esse processo, na realidade, descaracterizou comunidades pesqueiras para alocação da infraestrutura turística, a exemplo do que ocorreu em cidades litorâneas nordestinas que passaram a se voltar para o turismo internacional.

A comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe é formada por pescadores e pescadoras, descendentes de quilombolas, um povo que depende da preservação do território para realizar as atividades de autoconsumo. O território localiza-se em uma planície flúvio-marinha, com um extenso manguezal e campo de dunas, os quais vem sendo impactados com a presença de empreendimentos da carcinicultura (criação de camarões em cativo) e do parque eólico. Tais atividades geram um processo de

privatização de terras dentro no território, onde os moradores se viram impedidos de realizar suas tarefas do cotidiano, gerando intensos conflitos socioambientais.

Nesse processo surgiram várias resistências territoriais como formas de garantir a existência dos sujeitos e as práticas tradicionais dentro do território. O turismo comunitário é uma dessas práticas que afirma a identidade quilombola e a valorização dos sistemas ambientais presentes na comunidade.

Os princípios do Turismo Comunitário, segundo afirma Araújo e Gelbecke (2008, p.367), “centram-se na preservação, valorização e indução de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda com base no associativismo e na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais”.

Este artigo foi construído a partir da pesquisa participativa e da pesquisa-ação dos autores em conjunto com o Grupo de Pesquisa Campo, Terra e Território (NATERRA/UECE), como um desdobramento do trabalho de Extensão titulado “Pelos Caminhos do Turismo Comunitário no Território Quilombola-Pesqueiro do Cumbe (Aracati- CE): cartografias, memórias e vivências”.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram o levantamento bibliográfico-documental acerca da temática trabalhada, com foco no turismo comunitário, e a pesquisa de campo, baseada na pesquisa-ação, pesquisa qualitativa e cartografia social. Para Thiollent e Silva (2007), a proposta de metodologia participativa fundamenta-se na crítica à metodologia unilateral, na crítica social às práticas científicas convencionais e aos seus aspectos de dominação. Já a pesquisa-ação tem sido discutida há longa data e, por vezes, utilizada em práticas de extensão rural, difusão de tecnologia e criação de tecnologia apropriada. Tal metodologia tem sido adotada para elaborar projetos de associações ou cooperativas e de economia solidária (THIOLLENT, 2006).

Nos trabalhos de campo foram realizadas rodas de conversas com os moradores, com elaboração de sistematizações e, posterior, utilização de aplicativos de GPS para mapear os lugares e caminhos do turismo comunitário. Os trabalhos de campo se deram a partir da elaboração de um cronograma em conjunto com a comunidade e posterior realização de rodas de conversa, que originou relatórios e registros documentais importantes para compreender a realidade posta. Dessa forma, com o trabalho de campo foi “possível identificar padrões simbólicos, práticas, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão” (DUARTE, 2002, p.140).

Durante os trabalhos de campo, foi promovida uma oficina de manuseio do Aplicativo C7 GPS Dados¹, em que os quilombolas da comunidade, com auxílio dos estudantes do grupo de pesquisa, realizariam os trajetos dos caminhos do turismo, a marcação dos pontos, os registros fotográficos e a descrição dos pontos principais, ou seja, a própria comunidade foi protagonista no mapeamento participativo.

O uso da cartografia social, como prática para a elaboração de mapas da comunidade, foi de suma importância para a realização da pesquisa, da qual deriva este artigo, pois a partir da cartografia social as representações cartográficas “se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território” (ACSELRAD, 2010, p.13).

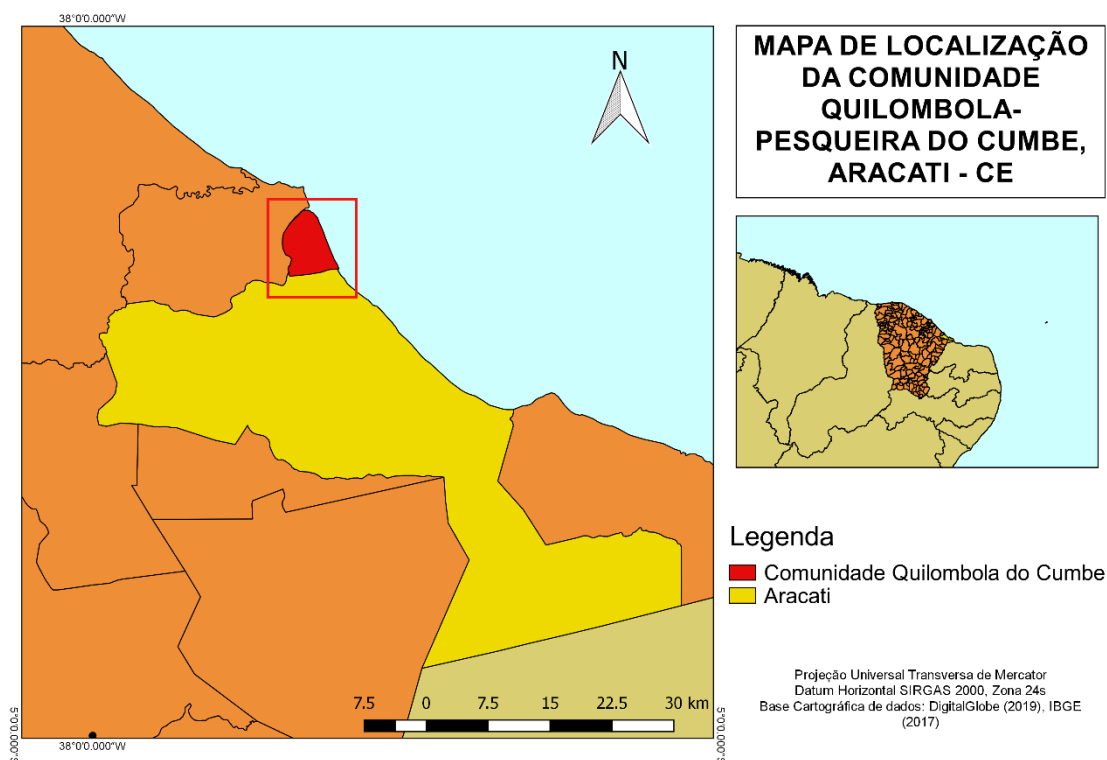
A comunidade quilombola do Cumbe e os conflitos socioambientais

A comunidade quilombola do Cumbe está localizada no município de Aracati, no estado do Ceará, aproximadamente a 172km de Fortaleza, capital do estado (Mapa 1). O território está em uma área de contato entre o rio Jaguaribe e o mar, em um sistema ambiental flúvio-marinho. Dessa forma, a comunidade vive dependente dos sistemas ambientais presentes, pois é uma comunidade formada por pescadores(as), artesãos(ãs), marisqueiros(as) e agricultoras(as), que exercem atividades extrativistas de subsistência.

A zona costeira no Nordeste, especialmente o recorte cearense, tornou-se espaço de conflitos de usos, entre empreendimentos capitalistas e povos tradicionais. As atividades econômicas instaladas na zona costeira, muitas vezes, são incompatíveis com a conservação ambiental, acelerando as perdas de recursos naturais e gerando impactos socioambientais. Na comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe os conflitos socioambientais são gerados pela presença da carcinicultura e do parque eólico.

1 O Aplicativo C7 GPS Dados tem por objetivo a obtenção de coordenadas de pontos isolados (waypoints) ou de trilhas, possibilitando o armazenamento das mesmas em um arquivo GeoTXT. Com os dados armazenados em arquivo podem ser processados cálculos de área e perímetro de polígonos e da distância total percorrida em uma trilha registrada. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.crcampeiro.c7gps&hl=pt_BR acesso em 23 out. 2020.

Mapa 1: Localização da Comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe (Aracati-CE)



Fonte: SANTOS, Lara Maia dos, 2020.

Segundo Nogueira, Rigotto e Teixeira (2009), a carcinicultura no Brasil foi introduzida no Nordeste brasileiro na década de 1970, inicialmente no estado do Rio Grande do Norte, com o desenvolvimento tecnológico relacionado ao camarão do pacífico (*litopenaeus vannamei*) – espécie adaptada à criação em cativeiro. No Ceará, essa prática vem se desenvolvendo há mais de 20 anos. De acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), em 1989, existia nos estuários cearenses cerca de 560 hectares implantados de fazendas de criação de camarão. Já para o ano de 2002, dados da Superintendência Estadual do Meio Ambiente- SEMACE, indicavam cerca de 1.288,6 hectares de fazendas de produção de camarão em cativeiro em funcionamento no território cearense (CEARÁ, 2004).

Em 2003, o Ceará já apresentava a segunda maior produção de camarão em cativeiro do país, e grande parte da produção já estava concentrada no município de Aracati.

O diagnóstico sobre a atividade de carcinicultura no estado do Ceará, em 2004, realizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) ao longo das bacias hidrográficas do Ceará, foram identificadas 237 fazendas de camarão em operação, localizadas em dezoito municípios, ocupando uma área de 6.069,96 ha. O Município de Aracati, no qual foi realizado o estudo, concentra 31,4% destes empreendimentos, com 54 fazendas em operação, que respondem por 12,0% da produção, comercialização e circulação de camarão no país. (NOGUEIRA; RIGOTTO; TEIXEIRA, 2009, p.8).

No Cumbe, a instalação dos viveiros de camarão implica, diretamente, em impactos ambientais aos ecossistemas locais, como o manguezal, apicum, salgado, e causa interferência nas atividades de subsistência dos sujeitos quilombolas. Em 2005, devido às pressões populares, foi realizado, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, um diagnóstico das atividades de carcinicultura no Ceará (IBAMA, 2005) e verificou-se que, do total das fazendas licenciadas pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE, apenas 21,6% dispunham de licença ambiental correspondente à sua fase de implantação e dentro do prazo de validade.

Segundo Queiróz (2007), a carcinicultura chegou na comunidade quilombola do Cumbe com o discurso que aumentaria os empregos na região, combateria a fome e geraria renda para os moradores locais. Porém, a realidade que nos é relatada pelos moradores quilombolas é bem diferente. Os relatos mostraram que a carcinicultura aumentou a concentração de terras entre algumas poucas famílias, o que gerou conflitos fundiários entre os moradores do território.

As fazendas de camarão, que quantificam 65 unidades, promoveram a privatização do mangue e das gamboas e/ou bloquearam o acesso a estes espaços, utilizados pelos quilombolas para as suas atividades de subsistência. A carcinicultura também é responsável pela poluição da água doce superficial e subterrânea no território, por conta da dispensa de produtos químicos e grandes quantidades de sal, para aumentar a produtividade do camarão, sobre a água e o solo. O mangue da comunidade se encontra bastante degradado, devido a instalação dos tanques, que já ocupam áreas ambientalmente proibidas, mas avançaram comprometendo ainda mais o ambiente de várias espécies da fauna e flora local.

A maioria dos moradores possuíram vivências nas lagoas interduares e também nas gamboas, que são braços do rio utilizado para a pesca, principalmente feita pelas mulheres, como atividade de subsistência.

Podemos mostrar a parte ruim da presença desses empreendimentos tão perto da gente e como sobrevivemos diante deles. (Entrevista com a Presidenta da Associação Quilombola do Cumbe, 2019).

Outro empreendimento instalado na comunidade que tem promovido conflitos socioambientais é o parque eólico, que chegou em 2008, também com o discurso de gerar emprego e crescimento econômico da comunidade, porém os moradores afirmam que esse empreendimento trouxe vários problemas territoriais. Inicialmente a promessa de geração de empregos não alcançou os moradores, pois a empresa trouxe sua mão de obra de outros locais do país.

Os(as) quilombolas relatam que a presença de um número grande de pessoas externas ao lugar, trabalhando diariamente na construção do parque eólico, ocasionou o aumento do uso de bebidas alcoólicas, violência e prostituição de mulheres. A empresa eólica privatizou as dunas, impedindo o acesso dos moradores até as barracas de praia e às lagoas interdunares, onde ocorriam atividades de trabalho, lazer e confraternização da comunidade.

O parque eólico conta com mais de 67 aerogeradores eólicos, que mudaram a dinâmica natural da paisagem, bem como privatizaram grande parte do campo de dunas da comunidade, impedindo o acesso livre dos(as) habitantes ao seu próprio território. Podemos constatar que a presença do parque eólico visou apenas o lucro, pois muitos são os relatos de moradores(as) locais que, aspirando uma maior geração de emprego e renda para o território, prometida pela empresa, acataram a chegada do empreendimento porém, posteriormente, viram os impactos gerados e a ausência de melhoria de vida para os habitantes locais.

Destaca-se que essa comunidade compõe a única Área de Preservação Ambiental Municipal do Aracati – a APA de Canoa Quebrada que, além do Cumbe, inclui as comunidades tradicionais do Esteves, Canoa Quebrada, Canavieira e Beirada. Como o campo de dunas se configura uma APA, podemos afirmar que houve uma maior “flexibilização” na construção desses empreendimentos. Como cita Moreira et al. (2013, p.66) “a escolha pelas dunas para a instalação dos aerogeradores levou em consideração única e exclusivamente o aspecto econômico”.

Percebe-se que, em alguns casos, a legislação ambiental também não tem sido respeitada pelos empresários que chegam nesses territórios tradicionais. De acordo com o Art. 8º da Lei nº 40/98 de 20 de março de 1998, não é permitida a construção de casas

ou qualquer outro empreendimento e a derrubada da vegetação fixadora das dunas em ambientes considerados de preservação permanente. Observamos que isto não é obedecido e gera impactos ao meio ambiente, como a retirada da vegetação nativa, a impermeabilização do solo, a poluição do lençol freático, o uso de agrotóxicos pela carcinicultura, dentre outros.

As lutas socioambientais na Zona Costeira do Ceará, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, vêm se intensificando cada dia mais, pelas disputas de usos e significados associados ao bem viver. Disputas de ordem econômicas, versus espaços de uso coletivo, onde este último se relaciona com o território tradicional é a base fundamental para a continuação da vida social e de suas práticas, saberes e modo de fazer. (NASCIMENTO, 2014, p.45).

No processo de instalação do parque eólico do território do Cumbe, não houve Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), como afirma

Em análise dos documentos recebidos no dia da audiência – “A ausência de avaliação dos impactos sociais e humanos na instalação dos parques eólicos nas localidades do Cumbe e Canavieira em Aracati(CE) e a energia eólica no estado do Ceará” – a farsa da energia limpa ou da (IM)prescindibilidade de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental [EIA/RIMA] em zona costeira – escritos pelo promotor citado e usando a técnica de análise documental, verifica-se que o licenciamento desses empreendimentos pelo órgão ambiental competente, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará [SEMACE], vem contrariando a legislação ambiental nos seguintes pontos cruciais: a) A não exigência do EIA e RIMA, considerando a especificidade ambiental da Zona Costeira e o fato de grande parte dos empreendimentos estarem situados em área de Proteção Permanente (campo de dunas); a SEMACE de forma temerária vem autorizando a instalação das usinas eólicas com base em Relatório Ambiental Simplificado [RAS]; b) A não observância da Legislação Federal que trata dos sítios arqueológicos que também, exige EIA/RIMA constando o projeto de salvamento desse patrimônio. (MOREIRA et al 2013, p.66):

Devido ao licenciamento equivocado, que embora legal (do ponto de vista jurídico-institucional) promove injustiça ambiental, percebemos vários danos ambientais derivados da presença do parque eólico, pois vários sítios arqueológicos foram destruídos, além dos danos sociais e humanos da obra. Vale lembrar também que a desigualdade social é marcante no território onde o jogo de poder e as injustiças são comuns, pois não há o aparato do Estado para atender às comunidades tradicionais, pelo contrário, neste caso o Estado tem se apresentado como potencializador de conflitos socioambientais.

Tais conflitos, porém, tendem a se radicalizar em situações de injustiça presentes em sociedades marcadas por fortes desigualdades sociais, discriminações étnicas e assimetrias de informação e poder. Nestes casos, o tema da saúde humana e ambiental se intensifica pela vulnerabilização de populações e territórios afetados, e a gravidade dos problemas de saúde pública se apresenta como importante bandeira de luta para as populações atingidas e movimentos sociais diversos. (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1986).

Importante destacar o desenvolvimento da intensa atividade turística na região de Canoa Quebrada, praia do litoral cearense internacionalmente conhecida, onde há a presença de hotéis e *resorts* que artificializam e impactam a paisagem. Sendo uma área em que há intensa presença de dunas e falésias, estas se encontram ameaçadas pelo avanço desses empreendimentos imobiliários e turísticos. Nos últimos tempos, a ameaça de instalação de um *resort* libanês na região tem deixado a comunidade do Cumbe, e outras adjacentes, em maior estado de alerta. O turismo empresarial desenvolvido em Canoa Quebrada gera impactos tanto sobre os sistemas ambientais, quanto sobre as comunidades tradicionais aí existentes.

Os conflitos socioambientais são caracterizados pelos processos de invisibilização de comunidades tradicionais que muitas vezes são desacreditadas e descredibilizadas. O discurso de “desenvolvimento” é uma tentativa de desestimular as relações de equilíbrio dos povos tradicionais com a natureza, práticas ancestrais e história dos(as) seus antepassados. A partir disso a discussão do turismo comunitário, como prática de afirmação e luta pelos direitos sobre o território, se faz necessária, visibilizando resistências para garantir a preservação cultural e histórica do lugar.

O turismo comunitário como expressão da resistência no território quilombola-pesqueiro do Cumbe

A chegada dos empreendimentos mencionados, intensivos no uso da natureza, modificou as práticas cotidianas na comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe, causando impactos socioambientais significativos, visto que os ambientes onde as empresas estão localizadas são áreas de preservação ambiental. Portanto, percebe-se que os conflitos são de natureza tanto ambiental quanto territorial e social.

Diante disso é necessário debater sobre a realidade vivida nesses territórios e, sobretudo, entender como os projetos de desenvolvimento econômico lidam com as

formas de vida existentes e se há uma aceitação e adequação de todos a esses empreendimentos. Para muitos a presença de empreendimentos, como a carcinicultura e parques eólicos, representam desenvolvimento, porém, devemos compreender que “desenvolvimento” é este e quem de fato é beneficiado por sua presença.

Para Nascimento (2014, p.29), “é necessário entender porque os territórios tradicionais são os mais ameaçados pelos investimentos econômicos da carcinicultura, dos resorts, dos empreendimentos imobiliários”. Isso está intimamente ligado ao racismo ambiental, pois gera uma mudança nas práticas culturais, expulsão de moradores de suas casas, exploração de mão de obra local, bem como aumento da violência e exploração das mulheres.

[...] esses problemas ambientais são exacerbados pelo racismo ambiental, que refere-se a políticas públicas ambientais, práticas ou diretivas que afetam de modo diferente ou prejudicam (de modo intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades de cor ou raça. O racismo ambiental é reforçado pelo governo, assim como pelas instituições legais, econômicas, políticas e militares. Ele encontra-se combinado com políticas e práticas industriais que, ao mesmo tempo que garantem benefícios para os países do Norte, direcionam os custos para os países do Sul. O racismo ambiental é uma forma de discriminação institucionalizada. A discriminação institucional é definida como ações ou práticas conduzidas pelos membros dos grupos (raciais ou étnicos) dominantes com impactos diferenciados e negativos para os membros dos grupos (étnicos ou raciais) subordinados. (BULLARD, 2004, p. 42).

Aliado ao racismo ambiental temos a injustiça ambiental que, no Brasil, está intimamente relacionada com a desigualdade social. A busca incessante pelo lucro promove várias formas de injustiças, que começam na desigual distribuição de renda e de terra, onde quem dita as regras são os grandes empresários, até uso inesgotável da natureza para interesses privatistas.

O desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidades, visto os acidentes relacionados a empreendimentos como petroleiras, mineradoras e indústrias químicas, que geram a morte de rios e lagos, causam doenças e mortes, pelo uso de agrotóxicos, e agravam a poluição, atingindo principalmente as populações próximas. (HERCULANO, 2008, p.5).

Diante da injustiça ambiental temos o turismo de massa, um serviço que visa atender às necessidades daqueles que podem pagar por ócio, conforto e lazer. A partir do desenvolvimento da divisão internacional do trabalho e do modo de vida

globalizado, o turismo se tornou uma das atividades mais rentáveis do capital. Dessa forma, a atividade turística passou por mudanças adequadas às necessidades capitalistas, como o modelo fordista de padronização, proporcionando a concentração de pontos turísticos em grandes polos para atender amplo número de pessoas, porém com práticas bastante individualizadas, segregadas e excludentes.

Esse modelo capitalista de turismo, muitas vezes, gera uma destruição da paisagem, onde seus empreendimentos e serviços se instalam e, conseqüentemente, afetam negativamente os modos de vidas tradicionais existentes, cujas pessoas do local recebem pouco ou nenhum retorno das atividades turísticas aí presentes, pelo contrário, são vistas como uma mão de obra barata ou são invisibilizadas em seus modos de vida e saberes populares.

Os dados mostram que o turismo é um dos maiores mercados do mundo, e vem promovendo vantagens econômicas consideráveis. Porém, é importante salientar que o crescimento do setor não determina retorno econômico e social para os locais que o acolhem. Por exemplo, os países do Sul não recolhem mais do que $\frac{1}{4}$ do dinheiro gasto durante a vinda de turistas, sendo os outros $\frac{3}{4}$ distribuídos entre as agências de viagens, companhias aéreas, hotéis e outras empresas internacionais (ARAÚJO; GELBCKE, 2008, p.360).

Podemos perceber o processo de imposição do mercado empresarial no município de Aracati a partir do turismo convencional. Segundo Silva (2016), as políticas públicas estaduais, a partir dos anos 1980, mudaram as dinâmicas de ocupação do solo e geraram novas territorialidades e, conseqüentemente, conflitos. Assim, em Aracati as práticas de turismo se iniciaram a partir das atividades realizadas na praia de Canoa Quebrada, localizada a poucos quilômetros de distância da comunidade do Cumbe.

O modelo de turismo implantado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo do Ceará – PRODETUR, segundo Silva (2016), não permitiu a melhoria da qualidade de vida das populações locais, além de promover impactos ambientais que comprometeram o modo de vida de muitas dessas pessoas.

Podemos afirmar que o modelo de infraestrutura do PRODETUR aumentou as desigualdades:

A instalação de infraestrutura pelo PRODETUR para facilitar o deslocamento de pessoas e a ampliação da oferta de serviços turísticos fazem

parte da dinâmica dos territórios nordestinos que se reconfiguram e passam a atender às necessidades de grupos sociais distintos do contexto dos lugares, acirrando desigualdades em uma região já marginalizada e que sofre as consequências do descuido social e da ocupação desordenada. (BARBOSA; CORIOLANO, 2015, P.260):

Nesse processo de modernização e implantação de um modelo turístico, padronizado e elitista, chamado de turismo convencional, temos a invisibilização dos povos tradicionais, que são vistos como atrasados e obstáculos para o desenvolvimento econômico local.

Críticas atribuídas ao turismo têm surgido em relação ao estereótipo criado por impactos negativos que o turismo de massa e de megaempreendimentos acarretam aos lugares e residentes, como expropriações de terras de pescadores, desvalorização das culturas locais e degradação da natureza. (BARBOSA; CORIOLANO, 2015, p.266).

A opção pelo turismo comunitário foi uma das alternativas, encontradas pelos moradores quilombolas do Cumbe, para trazer visibilidade ao território e impedir um maior avanço de empreendimentos capitalistas, pois, segundo Coriolano (2008, p.5), “o turismo comunitário não somente mapeia territórios, mas cria territorialidades, pois define destinos, propõe roteiros, dando visibilidade a espaços até então ‘invisíveis’”.

O turismo de base comunitária é encarado como uma alternativa positiva e potencialmente sustentável de desenvolvimento econômico de pequenas comunidades autóctones (pescadores, agricultores familiares e extrativistas) na medida em que proporcionaria a manutenção das práticas cotidianas locais e a multifuncionalidade dos espaços tradicionais. (SANSOLO; BURSTYN, 2009, p.215):

O desenvolvimento de práticas como o turismo comunitário, segundo Coriolano (2008), surge como uma alternativa ao turismo hegemônico presente na zona costeira hoje, o qual se alia ao poder econômico local e à especulação imobiliária para proporcionar o lazer. Dessa forma, a prática do turismo comunitário surge como uma resistência ativa aos processos exploratórios do chamado turismo dos *resorts*, onde lugares e pessoas são padronizados para atender à necessidade do turista, enquanto o meio ambiente e a população nativa perduram no esquecimento.

No Brasil, as comunidades que desenvolvem a prática do turismo comunitário fazem parte de redes de turismo, em parceria com ONGs, movimentos sociais, economias solidárias, empenhadas em encontrar um novo desenvolvimento pautado na

coletividade e na preservação do meio ambiente. Exemplo nacional dessas redes é a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL. E a nível cearense, temos a Rede Cearense de Turismo Comunitário, chamada de rede TUCUM.

A TUCUM surgiu como uma necessidade de reforçar e articular as lutas e modos de vidas dos territórios litorâneos tradicionais cearenses, a partir do turismo comunitário, e articulá-los aos demais sistemas produtivos locais. Nesse processo, a visibilização de uma forma de turismo voltada para a preservação dos territórios e das identidades tradicionais se tornou mais viável com o apoio de uma rede de sujeitos/lugares que exercem atividades semelhantes.

Segundo Coriolano (2008), muitos são os sujeitos que fazem parte da Rede de Turismo Comunitário, entre eles movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de economias solidárias, organizações ambientais e ONG's, entre outros. Além do Cumbe, existem várias comunidades litorâneas no Ceará que estão inseridas na rede de turismo comunitário, como a Prainha do Canto Verde (Beberibe/CE), Curral Velho (Acará/CE) e Caetanos de Cima (Itapipoca/CE). Essas comunidades fazem intercâmbio de experiências entre elas. O contato entre comunidades tradicionais é imprescindível no fortalecimento da prática do turismo comunitário, pois a cooperação, a troca de saberes e de experiências melhoram organização das atividades.

O turismo comunitário é, como afirma Coriolano (2008), tanto como uma alternativa de geração de emprego e renda para os moradores, quanto uma valorização de espaços e comunidades que não estão inseridas nos roteiros turísticos convencionais, visando a compra de produtos locais, do artesanato, das comidas típicas, a vivência paisagens locais, dos passeios de barco e das festividades, para que os turistas entrem em contato com novas experiências e existências no lugar.

As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo mais sustentável. Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. (CORIOLANO, 2008, p.9).

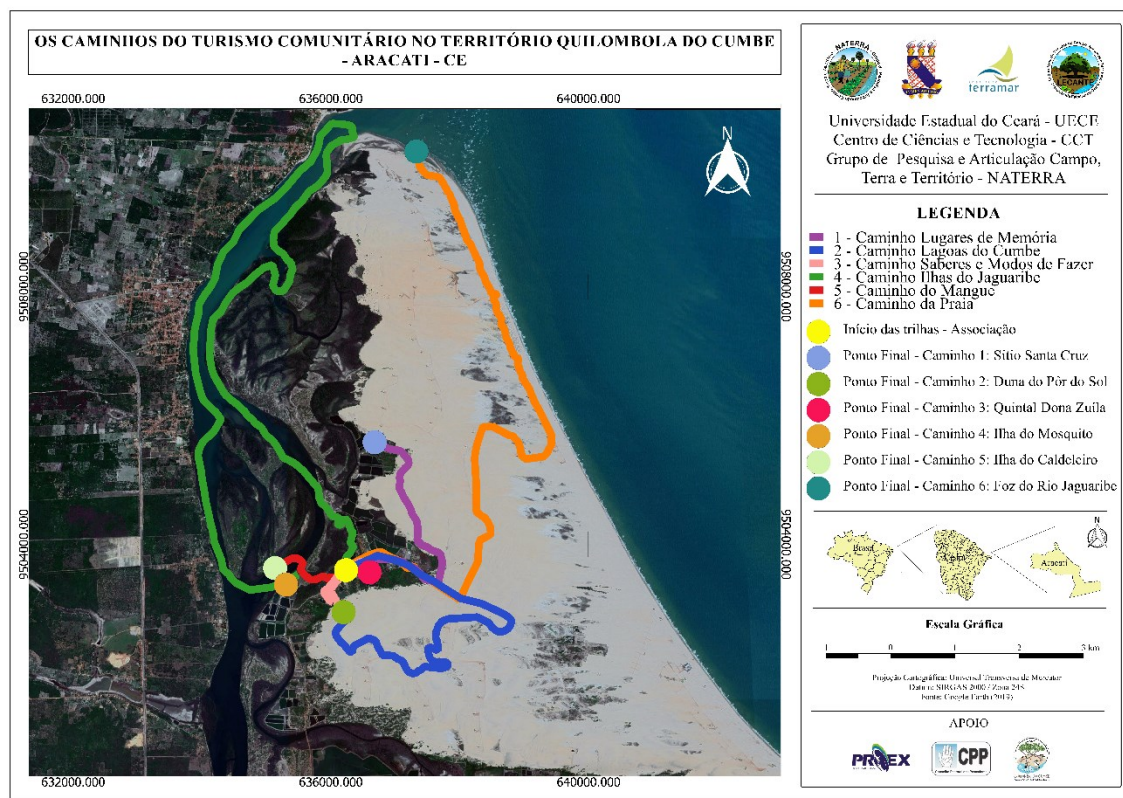
O turismo realizado no território do Cumbe é voltado para a valorização de práticas locais, onde os associados da Associação Quilombola do Cumbe se organizam e buscam roteiros para que os turistas, chamados muito mais de “visitantes”, conheçam o território quilombola a partir de suas riquezas naturais, culturais e históricas, onde o turismo comunitário está associado às atividades econômicas desenvolvidas localmente.

Os caminhos do turismo no Cumbe: mapeando memórias e vivências

A partir do mapeamento participativo, realizado com os(as) quilombolas do Cumbe, realizamos um levantamento dos lugares e caminhos do turismo comunitário que representam resistências no território quilombola. A própria comunidade quilombola que indicou lugares importantes para o lazer, lugares da memória e de resistência, que mostram a história e as riquezas locais, como também a valorização das plantas da região. As sistematizações foram feitas com o objetivo de que a própria comunidade reconhecesse seus quintais produtivos, o artesanato, as dunas e os rios, todos os lugares importantes de memória que contribuem para o fortalecimento da identidade local e proporcionam a divulgação do turismo comunitário na região.

Em todo o processo de a marcação dos pontos importantes, demarcação dos trajetos e elaboração das descrições, os moradores quilombolas participaram intensivamente, configurando o mapeamento colaborativo. Com a cartografia social foi possível elaborar um mapa com a materialização dos caminhos do turismo comunitário no território quilombola-pesqueiro do Cumbe, mostrando a existência de uma comunidade que luta e convoca o turista para novas experiências, como mostra o mapa a seguir.

Mapa 2: Os caminhos do turismo comunitário no território quilombola do Cumbe – Aracati-CE



Fonte: LECANTE/NATERRA (UECE), 2019.

Diante das múltiplas territorialidades dos caminhos do turismo comunitário do Cumbe e sua espacialização, o mapa 2 mostra todos os caminhos do território, dotados de significados e pertencimentos. Ao espacializar os caminhos do turismo comunitário no Cumbe, buscamos sistematizar as territorialidades realizadas em defesa da cultura e do território quilombola. Dessa forma, pudemos compreender o que ocorre no Cumbe e dá visibilidade às atividades realizadas, colocando-as “no mapa”. Ver o entrecruzamento dos caminhos do turismo comunitário do Cumbe, através desta espacialização, demonstra a pluralidade de percursos a seguir nesse território e a diversidade de paisagens, de saberes, de vivências, de histórias, de culturas que interseccionam a atividade turística no Quilombo do Cumbe.

É importante destacar que, a escolha da palavra “caminho” ao invés de “trilha” foi feita pela própria comunidade, visto que o caminho é percorrido a partir das vivências, carrega consigo a ancestralidade. O caminho possui pontos em que a história do território é contada, já a palavra “trilha” remete a algo que foi feito com uma

finalidade, chegar ao ponto principal (SANTOS et al, 2020). Essa ressignificação das nomenclaturas e símbolos também faz parte do processo colaborativo da cartografia social.

Figura 1: Lojinha de artesanato do
Mestre Cheirinho



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 2: Oficina de artesanato do
Mestre Alonso



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Assim, cada caminho do turismo comunitário no Cumbe possui sua história, seu significado construído com o decorrer do tempo, diferente do termo “trilha” que denota algo feito precocemente, com o objetivo de chegar ao destino final, por se remeter ao turismo convencional.

Figura 3: Quintal produtivo da Dona
Edite



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 4: Quintal produtivo da
Cleomar



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No Cumbe o destino está nos caminhos, o destino é estar e sentir o território. O mato, o mangue, o rio, tudo possui um valor e vida para os povos tradicionais. Dentre as atividades mapeadas na comunidade, estão a pesca, o artesanato, os quintais produtivos e o extrativismo, trabalhos que mostram a cultura e o modo de vida local.

As atividades de autoconsumo como a pesca, extrativismo, agricultura e artesanato, importantes na produção e na renda de vários moradores quilombolas, também compõem o turismo comunitário no Cumbe, pois este é uma prática que vai contra a homogeneização dos espaços pelo capital, além de valorizar os saberes locais.

O turismo comunitário não suplanta ou secundariza as atividades tradicionais, já presentes historicamente no Cumbe, pelo contrário, soma-se a estas, aproveitando o que já existe na comunidade para valorizá-la e ampliar sua visibilidade, em defesa do próprio território quilombola.

O turismo comunitário no território do Cumbe está associado às práticas e costumes tradicionais, princípio adotado pelo modelo comunitário, de associativismo e preservação da natureza e dos saberes locais.

Assim, o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, sejam de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. Uma das primeiras ações que as comunidades realizam é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades. (CORIOLANO, 2008, p.7):

A ideia do turismo comunitário está na alternativa de gerar emprego e renda para as comunidades locais e também ajudar no fortalecimento das atividades já existentes. Podemos afirmar que, através do turismo comunitário, podemos conhecer a realidade dos povos e comunidades tradicionais e disfrutar de atividades de baixo impacto socioambiental. Como afirma a presidenta da Associação Quilombola do Cumbe:

Aqui o turista tem uma visão diferente, ele entra em contato com a natureza e com pessoas simples, reais. Come da comida produzida pelos quilombolas, entra em contato com a nossa realidade e tem uma nova visão de turismo, sem muita coisa, sem destruição, só o nosso território. (Entrevista com a Presidenta da Associação Quilombola do Cumbe, 2019).

Os quilombolas do Cumbe realizam a atividade de turismo comunitário como uma forma de manter suas atividades e costumes quilombolas e de defender seu território frente às injustiças ambientais promovidas pela carcicultura, parque eólico, Estado, turismo de massa e especulação imobiliária. Através do turismo comunitário, a comunidade quilombola apresenta a história do lugar, dissemina práticas comunitárias e fortalece a busca por um desenvolvimento local voltado à autonomia comunitária e ao equilíbrio ambiental.

Considerações finais

A prática do turismo comunitário representa uma importante forma de resistência, nas comunidades tradicionais, à negação e destruição promovida pela instalação de empreendimentos capitalistas, ao passo que contribui para a valorização da identidade e preservação do meio ambiente local. O território quilombola do Cumbe sofre com as imposições do capital e, ao mesmo tempo, busca sua reafirmação territorial a partir da negação de práticas de dominação, resistindo e tornando-se uma comunidade organizada, capaz de produzir novas formas de uso do território, na busca por justiça ambiental.

Tais práticas buscam uma cooperação de todos os moradores, unificando e fortalecendo a identidade e a memória do lugar, que já foram bastante modificados pelos empreendimentos capitalistas instalados. Percebe-se que a chegada das atividades econômicas, ligadas ao capital, gera uma fragmentação e dominação no lugar. Porém, emergem resistências locais que fortalecem a identidade do território como, por exemplo, o turismo comunitário.

Todos os caminhos do turismo comunitário no quilombo do Cumbe contam fatos, vivências e usos importantes dos lugares que os compõe. Cada quilombola tem uma história para contar e cada turista uma história para viver nestes lugares. O turismo é bem mais do que ostentar o hotel ou *resort* de luxo, ou comer das comidas mais caras e tirar fotos nas paisagens mais famosas. O turismo é sobre conhecer o desconhecido, ter vivências, lutar contra os processos de dominação e de ameaças aos territórios tradicionais, é entrar em contato com pessoas reais e seus modos de vida.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. p. 9-46.
- ARAÚJO, Guilherme Pereira de; GELBCKE, Daniele Lima. Turismo comunitário: Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, [S.l.], v. 10, n. 03, p. 357-378, set/dez, 2008.
- BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. Políticas territoriais de turismo no nordeste: o PRODETUR como estratégia socioeconômica. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoducacionais**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 255-277, jul./dez. 2015.
- BULLARD, Roberto. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri, HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004.
- CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente. Diagnóstico e Monitoramento Geoambiental da Atividade de Carcinicultura do Estado do Ceará. In: REUNIÃO ORDINÁRIA DO COEMA, 119, 2004. Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: COEMA, 2004. p. 20-38.
- CORIOLANO, Luzia Neide Medeiros Teixeira. **Turismo Comunitário no Nordeste brasileiro**. Belo horizonte: ANPTUR, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luzia_Neide_Coriolano/publication/267960210_O_turismo_comunitario_no_nordeste_brasileiro/links/5623ef1808ae93a5c92cb434/O-turismo_comunitario-no-nordeste-brasileiro.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.
- DUARTE, Rosalia. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 139-154, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.1, Artigo 2, Jan./ Abril, 2008. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>> Acesso em 29 de novembro de 2020.
- IBAMA. **Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental: Diagnóstico da atividade de Carcinicultura no Estado do Ceará** Brasília: IBAMA, 2005. v. 1.
- MOREIRA, Roseilda Nunes; VIANA, Andson Freitas; OLIVEIRA, Daniele Adelaide Brandão de; VIDAL, Francisco Antônio Barbosa. Energia eólica no quintal da nossa casa?! Percepção ambiental dos impactos sociambientais na instalação e operação de uma usina na comunidade de sítio do Cumbe em Aracati-CE. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.45-73, jan./jun., 2013. <https://doi.org/10.5585/geas.v2i1.39>

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos educativos: As lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental**. 2014. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

NOGUEIRA, Francisca Neuma Almeida; RIGOTTO, Raquel Maria; TEIXEIRA, Cláudia de Araújo. O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará. **Revista brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 34, n. 119, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S030376572009000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 28 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572009000100005>

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 6, n. 14, p. 1980-1994, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012431004>. Acesso em: 19 fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000600006>

QUEIROZ, Luciana de Souza. **Na vida do Cumbe há tanto mangue: As influências dos impactos socioambientais da carcinicultura no modo de vida de uma comunidade costeira**. 2007.123f. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SANSOLO, Davis Gruber. G.; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, Lara Maia dos ; NASCIMENTO, Natanael Nogueira do; SANTOS, Camila Dutra dos. **Primeiro relatório de extensão 2019 do Cumbe**. Fortaleza: PROEX, 2019, 38p.

dos. Primeiro relatório de extensão 2019 do Cumbe. Fortaleza: PROEX, 2019, 38p.

SILVA, Luana Viana Costa. **Relação entre a dinâmica espaço-temporal de uso e ocupação do solo e os conflitos ambientais: o caso da comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará, Brasil**. 2016. 146f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.93-100, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/888/1533>. Acesso em 3 mar. 2020. <https://doi.org/10.29397/reciis.v1i1.888>

THIOLLENT, Michel. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006. p. 151-65.